

ros; Wesley Mota Gueiros, serventuário de Justiça, solteiro; Paulo Elmer Mota Gueiros, também serventuário de Justiça, casado com a Sra. Sônia Barbalho Gueiros. Deixa o extinto inúmeros netos.

Por todos esses motivos, como sua morte ocorreu durante o nosso recesso de julho, queremos, neste primeiro pronunciamento do segundo semestre, prestar a nossa sentida e sincera homenagem ao ilustre homem público do Pará e ex-Deputado Federal desta Casa, registrando a perda irreparável para o Estado.

**V — O SR. PRESIDENTE (Renato Azeredo) —** Passa-se ao Grande Expediente.

Tem a palavra o Sr. Odacir Klein.

**O SR. ODACIR KLEIN (MDB — RS. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Presidente da República, ao enviar ao Congresso Nacional o projeto da anistia, teve uma excelente ocasião para granjear a admiração nacional. Houvesse mandado, para apreciação do Poder Legislativo, uma proposição concedendo essa medida de maneira ampla, geral e irrestrita, teria S. Ex.<sup>a</sup> conseguido mais simpatia do que se deixando ser fotografado de calções ou praticando halterofilismo, tomando cafezinho entre o povo, ou visitando supermercados sem querer saber as causas do aumento do custo de vida.

No entanto, perdeu essa oportunidade, pois, para o Congresso, veio um projeto de meia anistia, de uma anistia que não é ampla nem geral nem irrestrita, como a Nação brasileira desejava.

Nós, parlamentares da Oposição, ficamos a nos perguntar por que teria agido assim o Presidente da República; por que se coloca hoje em posição defensiva, se a Nação toda, em ofensiva, exige o alargamento desse projeto? Parece-nos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, para assim proceder, o Chefe da Nação deveria estar motivado por três fatores: por grande falta de inteligência, sua e de sua equipe; por questões político-ideológicas ou, ainda, por ter estrategicamente usado esse expediente de anistia restrita para desviar a atenção nacional de algum outro assunto que não estivesse interessado fosse, no momento, discutido.

O primeiro motivo, Sr. Presidente, o da falta de inteligência, não dá para aceitar. Um governo que cria a SECOM, que cria o populismo, um Governo que tem nos seus Ministérios pessoas como Petrólio Portella e outros, não pode ser acusado de falta de inteligência. Então, presumimos que não foi por este motivo que o Governo jogou a Nação contra si com este projeto de meia anistia, porque falta de inteligência não existe. O segundo motivo, o político-ideológico, parece-nos também que não é o que está a determinar este meio projeto de anistia, porque, quando o mesmo foi elaborado, algumas vozes diziam que haveria restrições na concessão da anistia, porque a linha dura do sistema não desejava que aqueles que entendem serem terroristas pudessem ser anistiados. No entanto, quando nos detemos na análise do projeto, constatamos que a restrição não é apenas para aqueles que participaram de luta armada, mas, principalmente, em relação a milhares de funcionários públicos deste País, civis e militares, servidores da CLT, funcionários que, para voltarem aos seus postos de origem sem promoção, deverão apresentar um requerimento e ficar na dependência de um despacho administrativo que lhes irá conceder ou não a anistia. Não podemos atribuir à linha dura do sistema, que, agindo por motivos ideológicos, chegasse a esse sadismo de não anistiar funcionários públicos, de fazer com que os servidores tivessem que se socorrer de requerimentos, verdadeiras revisões processuais, e ficassem à mercê de despachos administrativos para poderem voltar aos cargos que ocupavam anteriormente. Que esta linha dura pretendesse não permitir a concessão de anistia àqueles que participaram da luta armada, nós ainda, embora contestando, poderíamos aceitar como motivo de ordem político-ideológica, mas não podemos admitir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que motivos de ordem político-ideológica possam representar a não concessão de anistia para funcionários públicos, e é o que está a ocorrer com milhares de pessoas neste País. Por isso a Nação está nas ruas, a clamar por uma anistia ampla, geral, irrestrita, e o Governo, que poderia ter conquistado a simpatia popular com o projeto de anistia, está hoje na defensiva, com a Nação a pressiona-lo.

Parece-me, Sr. Presidente, que, se o motivo não foi falta de inteligência, nem político-ideológico, ele foi estratégico. Parece-me que o Governo brasileiro, mandando o projeto da meia anistia, quis atrair a atenção dos brasileiros para a discussão da proposição para efetivamente afastá-la do grande problema nacional, o problema sócio-econômico que está levando este País à falência.

Gilberto Menezes Cortes, no Relatório Reservado n.º 666, escreve o seguinte:

"A situação econômica do País nunca esteve tão grave como agora.

Com uma inflação que atingiu 25% no primeiro semestre (recorde desde 1965) e que ameaça chegar aos 53% até o

final do ano, o maior índice na história do País, à exceção de 1963 e 1964; um descontrole total na área monetária; um déficit comercial de quase 2 bilhões de dólares esperado até o final do ano; e uma dívida externa bruta que vai fechar 1979 em 48 bilhões de dólares, com a dívida líquida correspondendo ao nível sem precedentes de duas vezes e meia as exportações, e o serviço da dívida consumindo quase 70% das exportações, o Brasil estará à beira da falência se não reverter a situação antes do final deste Governo.

**Sigilo.** Os ministros, no entanto, têm evitado comentar a delicada posição em que se encontra o País. Os poucos debates que se fizeram sobre o assunto, como o balanço da economia no primeiro semestre e as perspectivas monetárias para o final do ano, lido pelo Ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, no Conselho Monetário Nacional, ou a análise do balanço de pagamentos e da dívida externa nos próximos anos, foram cercados do maior sigilo."

Não há interesse em se discutir a situação socio-econômica deste País; há interesse em manter este modelo socio-econômico que beneficia minorias da população e endivida o Brasil. Por isso Sr. Presidente, Srs. Deputados, quer-me parecer que o sistema se socorreu deste meio: mandou ao Congresso um projeto de meia anistia para despertar a discussão nacional e desviar a atenção desse assunto principal, ponto vulnerável do sistema, que é o modelo sócio-econômico implantado pela concentração de poderes neste País que endividou o Brasil e que empobreceu os brasileiros.

Concedo, com muito prazer, o aparte ao nobre Deputado Marcondes Gadelha.

**O Sr. Marcondes Gadelha —** Nobre Deputado Odacir Klein, V. Ex.<sup>a</sup> aborda o problema da anistia por um ângulo inteiramente novo. Com sua acuidade, sagacidade e perspicácia, conseguiu flagrar uma manobra do Governo brincando com matéria de tanta responsabilidade como é essa, da liberdade e dos direitos humanos. Faz sentido a colocação de V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Deputado Odacir Klein. Apenas, estávamos tão a braços com essa matéria que não tínhamos distanciado o olhar e, talvez, a Nação também ainda não tivesse lido o que V. Ex.<sup>a</sup> revela neste momento: que o fato de o Governo não conceder a anistia que a Nação esperava e reclama, e concedê-la pela metade apenas, tem o objetivo estratégico de desviar a atenção do povo do problema mais grave, crucial e abrangente, que é o caos econômico e social em que a Nação está mergulhada. E eu ligo esse fato a outro, nobre Deputado, para reforçar a sua tese: exatamente o problema da reformulação do quadro partidário, da extinção dos partidos políticos, também uma manobra diversionista, um blefe com que o Governo pretende sufocar a crítica neste País e distrair a população dos seus graves problemas. V. Ex.<sup>a</sup> tem sido feliz em todas as observações que fez até aqui e quero crer que será o fato dominante da política nacional, nos próximos meses, esse jogo de esconde-esconde com que o Governo tenta escamotear a verdade, com que tenta, sempre, erguer biombo, balcão-de-ensaio e cortina de fumaça para esconder a essência do problema com que se debate a Nação neste momento. Meus parabéns a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Deputado Odacir Klein. Asseguro que, malgrado essa manobra solerte do Governo, nos estaremos atentos e, acima de tudo, também a Nação, que está sofrendo a inflação, que está preocupada com o infortúnio em que foi jogada, que está preocupada com a própria perplexidade, com a perda de rumos, porque o Governo não tem mais controle sobre a situação econômica do País. Os seus Ministros dizem e desdizem, afirmam e desmentem em seguida, elegem prioridades e, depois, as substituem por outras. No fim, estamos entregues a toda uma barafunda geral, ninguém se entende e compreende. A Nação, evidentemente, não pode esquecer esse problema, porque lhe está doendo no estômago e incomodando o seu bolso.

**O SR. ODACIR KLEIN —** Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte e o concedo, com muito prazer, ao nobre Deputado Edgard Amorim.

**O Sr. Edgard Amorim —** Nobre Deputado Odacir Klein, queria trazer a V. Ex.<sup>a</sup> meus cumprimentos pela forma como vem analisando o projeto de anistia e a intenção mistificadora do regime, que se aproveita do anseio nacional de toda a gente brasileira por uma anistia verdadeira, que concilia toda a Nação, para tentar esconder seus verdadeiros motivos e suas verdadeiras insinuações. Na realidade, o projeto do Governo e a utilização que ele faz da imensa máquina de propaganda e dos meios de comunicação social para, mais uma vez, ludibriar a opinião pública estão aí evidentes. O Governo sabe que todos nós — não apenas a consciência nacional, mas também a consciência internacional — repudiamos e abominamos o terrorismo. E, aproveitando-se desse sentimento nobre da humanidade, procura caracterizar que o projeto de anistia exclui apenas os terroristas. Na verdade, como já bem demonstrou o eminente e bravo companheiro, Senador Teotônio Vilela, não há nenhum preso político brasileiro que tenha cometido ato de terrorismo. O ato de terrorismo é, por excelência e por natureza, aquele que objetiva atemorizar e amedrontar



um núcleo qualquer da sociedade. E nenhum dos presos políticos brasileiros praticou qualquer ato com este objetivo. Se se envolveram em violência — e isto ninguém nega — fizeram-no por ideais de libertação e de restauração da democracia neste País. A isto foram compelidos por atos, estes, sim, de selvageria e de terrorismo praticados por agentes de repressão do Governo. Foram-lhes fechados todos os caminhos não-violentos de oposição ao regime de arbítrio e de opressão instaurado neste País. Não praticaram nenhum ato contra vítimas inocentes. É por isto que, com muita sabedoria, o Senador Teotônio Vilela, depois de uma exposição na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, recebeu dos seus professores felicitações por havê-los convencido de que, realmente, não houve terrorismo neste País. Estou certo, Ex.<sup>a</sup>, de que este é o ponto substancial do projeto de anistia. É preciso que aqueles que de boa-fé repudiam o terrorismo sejam esclarecidos, por todos os meios, de que esses jovens, que se lançaram num ato de desespero quase, para salvar a democracia e a dignidade da Nação e do povo brasileiro, não praticaram qualquer ato de terrorismo.

**O SR. ODACIR KLEIN** — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte e concordo integralmente com os conceitos que emitiu. Concedo o aparte ao nobre Líder da ARENA, Deputado Claudino Sales.

**O Sr. Claudino Sales** — Deputado Odacir Klein, V. Ex.<sup>a</sup>, no seu discurso, procura, interpretando as ações do Governo, identificar as causas que teriam conduzido o Presidente da República à apresentação de um projeto de anistia parcial. E, ao fazê-lo, alinha dois pontos diferentes, mas evidentemente não em termos conclusivos. Colocou-se em termos especulativos. A conclusão já resultou dos apartes que foram dados a V. Ex.<sup>a</sup>, e eu, ao lado dos comentários feitos por V. Ex.<sup>a</sup>, diria que não faz muito sentido — a despeito de formulação de V. Ex.<sup>a</sup> ser bastante bem elaborada sob o ponto de vista de elocubração mental — criar o Governo, que enfrenta, na verdade, um grande problema econômico, que, de resto, não é exclusivo do Brasil, mas se abate sobre o mundo inteiro, em algumas áreas com maior gravidade, no terceiro mundo com gravidade muito mais acentuada, para fugir a um debate que é a constante da ordem do dia de todas as faixas da população e de todas as áreas deste País, uma faixa adicional de debate, uma nova área de dificuldade somente com a tentativa de diversificar a opinião pública, de desviar a apreciação que o povo faça das dificuldades por que Governo e Nação atravessam neste instante. Ora, Deputado Odacir Klein, sabe V. Ex.<sup>a</sup> que a administração pública sobram encargos para cuja elaboração e solução há de consultar todas as camadas do povo brasileiro. Se certa parcela dessa nossa gente, dessa nossa civilização, dessa nossa sociedade é a favor da anistia total e irrestrita, principalmente a classe política — coeficientes muitos altos da classe política são a favor, não desconhecemos, esse tipo de anistia — parcelas outras da população pensam diferentemente, e são também parcelas da população que pesam no contexto global, às quais o Governo tem também o dever de atender e cujo pensamento pode e deve também pesar. Ao Governo cabe a administração dessas dificuldades todas e se situar no problema de acordo com o que lhe parece como respondendo às preocupações e às angústias das parcelas mais amplas do povo brasileiro. V. Ex.<sup>a</sup> dispõe, como esta Casa, de um dado que não é muito recente, mas que foi elaborado, tendo em vista o problema da anistia, mostrando que 80% das pessoas consultadas tinham confirmado aceitação por uma anistia parcial. Pode ser uma das causas e deve ser um dos fatores que pesou na decisão do Presidente da República de mandar a esta Casa uma proposta de anistia parcial. V. Ex.<sup>a</sup> há de admitir que o seu partido mesmo apresentou uma proposta de anistia que, na época, não logrou aceitação da maioria, inclusive do meu partido, mas que previa menos do que está agora contido na proposta do Governo, em termos de anistia. Como vê V. Ex.<sup>a</sup>, o problema da anistia depende do enfoque daquele que a elabora, que a aprecia e que é responsável pela sua administração. Neste ponto teria outros comentários a fazer, mas sou sensível ao gesto de V. Ex.<sup>a</sup>, que me pede uma redução do meu aparte. Faço questão de colocar este enfoque, dizendo que não tem sentido acobertar uma dificuldade com outra maior.

**O SR. ODACIR KLEIN** — Nobre Deputado Claudino Sales, V. Ex.<sup>a</sup> atribui ao Presidente da República uma crueldade. V. Ex.<sup>a</sup> diz, em seu aparte, embora não com palavras textuais, que, pelo fato de um levantamento de opinião pública dirigido haver feito divulgar à Nação que uma grande maioria era contra a anistia aos terroristas, o Presidente da República decidiu, não conceder anistia também aos funcionários públicos civis e militares. Porque o projeto de anistia, Excelência, não exclui só aqueles que participaram de luta armada. O projeto de anistia, Excelência, exclui os funcionários públicos, que, como eu já disse anteriormente, terão que requerer para voltar a seus postos, sem nenhuma promoção. E esses foram excluídos. E será que o Presidente da República teria agido com esses requintes de crueldade pelo fato de o levantamento de opinião pública haver manifestado que a maioria era contra a anistia para terroristas? Será que S. Ex.<sup>a</sup> estendeu aos funcionários públicos também a restrição da anistia, embora no tocante aos chamados terroristas a opinião pública, ao

responder àquele levantamento, não tenha sido bem orientada, porque, no Brasil, como disse o nobre Deputado Edgard Amorim, não existem terroristas presos. Terrorista, no meu entendimento, Excelência, é quem usa de métodos de terror, visando a desestabilizar democracias. Se V. Ex.<sup>a</sup> me perguntar se eu considero integrantes das Brigadas Vermelhas terroristas, eu direi que sim. Se V. Ex.<sup>a</sup> me perguntar se eu considero terroristas os integrantes do Baader-Meinhof, eu direi que sim. Se V. Ex.<sup>a</sup> me perguntar se eu considero terroristas os sandinistas que usaram da luta armada para derrubar a ditadura de Somoza, eu direi que não, Excelência. (Palmas.) Considero que quem luta para desestabilizar uma democracia pratica ato de terror. Mas considero que quem luta visando a restabelecer a democracia — e foi o caso ocorrido no Brasil — não pratica ato de terror, não é terrorista.

**O Sr. Claudino Sales** — Como V. Ex.<sup>a</sup> colocaria o seqüestro de embaixadores nesse contexto?

**O SR. ODACIR KLEIN** — Eu o coloco dentro de um contexto de regime de força, de um regime de exceção, onde companheiros das pessoas que seqüestraram o embaixador estavam presos, sendo torturados e morrendo nas prisões. Essas pessoas agiram, Sr. Deputado, visando a desestabilizar o regime de exceção.

**O Sr. Claudino Sales** — E a bomba no Aeroporto de Guararapes?

**O Sr. Walter Silva** — Como é que não havia nada disso antes de 64? Não haviam seqüestros, não haviam bombas, não havia terror. O terrorismo foi implantado no Brasil pela Revolução de 64.

**O SR. PRESIDENTE (Ari Kfuri)** — Quero comunicar aos nobres Deputados que os apartes terão que ser concedidos pelo orador na tribuna.

**O Sr. Claudino Sales** — Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> meio minuto?

**O SR. ODACIR KLEIN** — Meio minuto eu concedo a V. Ex.<sup>a</sup>, pedindo desculpas aos companheiros do MDB, que estou preterindo.

**O Sr. Claudino Sales** — Deputado Odacir Klein, naturalmente V. Ex.<sup>a</sup> acompanha os tempos modernos e está atento principalmente aos países que vêm emergindo de regimes fechados e autoritários. A Nação inteira e o mundo acompanharam a evolução do regime político espanhol, fechado ao tempo do franquismo, até os primeiros passos da democracia que se instalou naquele País da Península Ibérica. E V. Ex.<sup>a</sup> sabe que na concessão da anistia — de uma anistia que ainda não está sendo considerada nem suficiente, nem ampla, nem total, porque os países bascos ainda lutam pela conquista de espaço político — foram apresentadas vinte e duas leis diferentes, o que significa dizer que o processo de anistia não é tão fácil de ser acobertado numa primeira tentativa. E nenhum projeto pode prever todas as hipóteses multiformes que estão contidas nessas dificuldades a que V. Ex.<sup>a</sup> alude.

**O SR. ODACIR KLEIN** — Se o projeto não é perfeito, se o projeto pode ser melhorado, convido V. Ex.<sup>a</sup>, integrantes da Maioria, nesta Casa, e convido a Maioria no Congresso para melhorá-lo. Nós, Excelência, apresentaremos substitutivo ao projeto, visando a conceder anistia ampla, geral e irrestrita. Ofereceremos emendas ao projeto, visando a melhorá-lo. Se V. Ex.<sup>a</sup> diz que ele não é perfeito, se V. Ex.<sup>a</sup> reconhece que são precisos outros projetos para conceder verdadeiramente a anistia, podem V. Ex.<sup>as</sup> dar um grande passo: somem-se conosco, ajudem os que querem a verdadeira anistia e votam conosco a favor do substitutivo das emendas que serão apresentadas, visando a alargar a faixa de concessão de anistia, que, como está, é uma caricatura, que, no meu entendimento, Excelência, serve apenas para desviar a atenção da opinião pública do assunto principal, a gravidade do modelo sócio-econômico, fazendo com que as atenções recaiam na anistia. Um segundo projeto teria o mesmo objetivo estratégico. Um terceiro projeto teria o mesmo objetivo estratégico, o vigésimo segundo projeto, a que V. Ex.<sup>a</sup> se refere, também teria o mesmo objetivo estratégico, qual seja tapar o sol com a peneira, desviar a atenção do caos sócio-econômico, desviar a atenção desse estado de coisas para concentrá-la no problema de anistia, que o Presidente da República poderia ter resolvido com uma canetada, enviando para cá um projeto de anistia ampla, geral e irrestrita. (Muito bem! Palmas.) Enquanto isso, eu vejo no meu Rio Grande agricultores clamando contra medidas governamentais e pedindo a concessão de crédito; vejo operários deste País saqueando, porque o salário já não lhes dá mais condições de alimentação. Eu vejo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a dívida externa aumentando, a renda se concentrando, e a Nação vai discutir, talvez de acordo com a ótica de V. Ex.<sup>a</sup>, 22 projetos de anistia, vai discutir reformulação partidária de cima para baixo, vai discutir voto distrital, vai discutir prorrogação de mandatos, enquanto a atenção da opinião pública é desviada para o Presidente da República, fotografado de calção ou indo ao supermercado, sem pesquisar as causas do aumento do custo de vida, ou, então, tomando outras medidas populistas.



Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos de uma vez vencer essa etapa da anistia, e, por isso, vamos apresentar o nosso substitutivo. Também continuaremos a lutar pela Assembléia Nacional Constituinte. Prosseguiremos a nossa análise sobre esse quadro sócio-econômico que aí está, pois é injusto, desumano e cruel.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Walter Silva, pedindo a S. Ex.<sup>a</sup> que seja breve, pois disponho de poucos minutos para concluir o meu pronunciamento.

**O SR. PRESIDENTE (Ari Kffuri)** — Comunico ao nobre orador que lhe restam 4 minutos para concluir seu pronunciamento.

**O Sr. Walter Silva** — Serei breve, Deputado Odacir Klein. Está fazendo V. Ex.<sup>a</sup> pronunciamento dos mais importantes, e a resposta que acaba de dar ao Líder da Maioria, nesta Casa, é suficiente para sepultar, em definitivo, o assunto. Minha participação no debate é apenas para felicitá-lo pela excelência dos conceitos aqui emitidos e lembrar que, realmente, este Governo tenta, de toda forma, desviar a atenção pública para assuntos de menor importância, quando a gravidade do problema econômico merece debate mais honesto e mais decente nesta Casa. Quero lembrar — e V. Ex.<sup>a</sup> enfatizou muito bem — que esse problema de terrorismo, no Brasil, não existe, como nunca existiu. Não temos, como nunca tivemos, terrorismo. Se houve terrorismo, ele ocorreu após 1964, com a chamada Revolução de 1964, que impôs o regime de terror nos lares, através da fome, da miséria, da desgraça social trazida a este País. (Palmas.) Os atos que chamam de terrorismo foram praticados não pelo terrorismo em si, mas por pessoas que se viram compelidos à violência, como única saída para o fechamento do processo democrático. Eles foram empurrados, atirados à marginalidade social neste País. Então, vamos acabar com essa história de terrorismo, porque ele não existe no Brasil. Se houve violência, ela foi praticada pelos órgãos de exceção, durante 15 anos, prenderam, torturaram, mataram e negam-se, hoje, a revelar a profundidade desses atos praticados em nome de uma ordem jurídica, que, na verdade, violenta a consciência democrática da Nação.

**O SR. ODACIR KLEIN** — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> e concedo o aparte ao Deputado JG de Araújo Jorge.

**O Sr. JG de Araújo Jorge** — Deputado Odacir Klein, V. Ex.<sup>a</sup> está colocando o problema nos seus devidos termos. Há muitos anos, nesta Casa, venho dizendo que, antes do chamado terrorismo da subversão, havia e houve, isto sim, o terrorismo da repressão. O terrorismo da subversão era uma reação a esta repressão que violentava os lares, que fazia sevícias, torturas, culpado pelo desaparecimento e a morte de mais de 500 brasileiros presos políticos. Os Fleureys e outros que ainda aí estão eram testemunhas do que acontecia neste País. Os militares foram transformados com suas CGIs em capitães-do-mato como na época do Império; de guardiões da ordem e da segurança nacional passaram a policiais, fazendo inquéritos facciosos onde não se dava sequer o direito de defesa. O projeto de anistia do Governo é faccioso, é restrito, é até burocrático. Talvez o Governo precisasse chamar o Ministro Hélio Beltrão para simplificar um projeto que exige requerimentos a serem feitos e comissões a serem constituídas por homens que deviam estar no banco dos réus e não como juízes e se dá um prazo de 180 dias — seis meses — para que a resposta seja dada a esse requerimento. E não estão incluídos os estudantes, os líderes sindicais, funcionários de várias categorias, magistrados não especificados, como em seu pronunciamento ressalta. Não é uma anistia, é uma balela, é uma mistificação. Como disse V. Ex.<sup>a</sup>, o Governo quer desviar a atenção do povo e da opinião pública para os momentos em que o Presidente vai tomar cafézinho, porque toda vez que S. Ex.<sup>a</sup> perpetra um ato público de confraternização e democracia, coincidentemente estão presentes fotografos e cinegrafistas que descobrem que ele está no Jacarezinho, que ele está tomando cafézinho, que ele está acarinhando uma criança. Continuamos com o regime de exceção, ou alteramos o projeto de anistia, dando-lhe as dimensões que o povo espera, ou ele redundará em mais uma farsa do sistema que aí está.

**O SR. ODACIR KLEIN** — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte. Consulto a Mesa se posso conceder aparte ao nobre Deputado Celso Peçanha.

**O SR. PRESIDENTE (Ari Kffuri)** — Comunico ao nobre orador que o seu tempo já está esgotado.

**O SR. ODACIR KLEIN** — Infelizmente, não lhe poderei conceder o aparte.

**O Sr. Celso Peçanha** — Desejo apenas informar a V. Ex.<sup>a</sup> que a mensagem governamental foi mesquinha, sobretudo com os militares. Tenho em mão uma lista contendo nomes de militares que foram reintegrados em suas funções e que, hoje, são ilustres brasileiros, servindo às armas ou mesmo aqui na Câmara dos Deputados. Cito entre eles: Marechal Pope de Figueiredo e o Marechal-do-Ar Cordeiro de Faria, em 34; Estilac Leal, de 22 e 24; Juracy Magalhães, em 30; Agildo Barata, em 30. O Almirante-de-Esquadra Pedro Paulo de Araújo Suzano, em 32; Marechal Paulo Torres, em 22 — hoje ele é Deputado Federal, e pegou em armas contra um

Governo eleito pelo povo. Assim também citamos Juarez Távora, Nelson de Melo, Alcides Etchegoyen, Jurandir Bizarria Mamede e, por fim, o Coronel Euclides Figueiredo que, em 32, voltou às Forças Armadas e pegou em armas contra o poder constituído eleito pelo povo.

**O SR. ODACIR KLEIN** — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte.

Ao final, Sr. Presidente, faço um apelo à bancada majoritária: ajudem a suprir a injustiça cometida pelo Poder Executivo, quando enviou ao Congresso esse projeto de lei; ajudem a suprir a injustiça contra milhares de funcionários públicos, civis e militares, deste País; ajudem a suprir a injustiça contra aqueles que recorreram à luta armada, visando a conquistar a democracia, e não desestabilizá-la; ajudem a corrigir a injustiça, votando a favor do substitutivo que apresetaremos, para que a anistia possa ser concedida ampla, geral e irrestrita e represente, então, o grande primeiro passo para a verdadeira pacificação nacional para que, todos juntos, possamos resolver o grande impasse sócio-econômico deste País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

*Durante o discurso do Sr. Odacir Klein, o Sr. Renato Azeredo, 2º-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ari Kffuri, 3º-Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE (Ari Kffuri)** — Tem a palavra o Sr. Nilson Gibson.

**O SR. NILSON GIBSON (ARENA — PE. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, falar de Pernambuco acrescenta-me um elemento de emoção à intensidade dos sentimentos que venho experimentando, desde que cheguei à Câmara dos Deputados, representando meu Estado.

Pernambuco é aberto a todas as naturalidades; Pernambuco tem buscado cumprir da melhor maneira a sua alta destinação de ser a imagem-síntese do Nordeste. Em Pernambuco não se cuida, nem se faz apenas por unidade da Federação. Quem assim o imaginar não tem êxito na análise ou no cumprimento de um dever. Em Pernambuco o que pesa é o sentimento regional.

A própria história do povo pernambucano é, de certa forma, a história do primeiro homem nordestino e, conseqüentemente, brasileiro. Com o processo de colonização, de ocupação e de desenvolvimento nacionais, Pernambuco veio a significar constantes e fecundos contatos de cultura. Cultura africana, cultura européia e presença indígena, uma série de sincretismos que deram nascimento, pela junção de outros tipos originais de pensamento, primeiro, ao que se chamou pernambucanidade, depois, ao espírito brasileiro.

Pernambuco tem compromisso com todo este seu passado, por isso que a sua presença na região tem significado definido a lhe exceder a própria dimensão. E porque a História de Pernambuco é toda ela feita de nomes famosos, apresentados à própria vida brasileira, vemo-la, aqui e acolá, como panteão esparso nas datas e nos episódios.

Falar de Pernambuco é falar de um celeiro de autênticos líderes, que se destacaram pela coragem e pelo ideário político profundamente humanista. Muitos deles, como Abreu e Lima e Joaquim Nabuco, levaram sua mensagem além dos umbrais da Pátria brasileira.

Nas terras pernambucanas encontra-se a gênese mais fecunda da Independência do Brasil, belamente simbolizada no sacrifício de Frei Caneca.

Pernambuco espelha um mosaico sócio-cultural o mais diverso: o homem da mata, do agreste e do sertão. Cada um com seu cunho cultural característico, mas todos se identificando no amor ao trabalho e na devoção entusiástica às causas libertárias.

A gente pernambucana soube construir um Estado cuja força advém, sobretudo, da disposição para suplantar obstáculos.

Pernambuco soube conquistar uma posição de liderança na região. Uma liderança solidária, fraternal e espontânea. E, se isto não bastasse, haveria de dizer que o desenvolvimento de Pernambuco implica o progresso regional, porque somos iguais nos objetivos e nas restrições.

Pernambuco teve um privilégio histórico, um acontecimento não suficientemente divulgado, do qual, entretanto, guardo o mais íntimo orgulho e a mais solene lembrança.

Antes da Independência, Pernambuco era independente. A Convenção de Beberibe, de 5 de outubro de 1821, é a prova do que digo. Aqui, nenhuma descoberta histórica; antes, deixo que a História, através da palavra de Luiz Delgado, fale por mim:

“... Pernambuco começou a governar-se a si mesmo, quando um ano antes — onze meses, exatamente, antes do Brado do Ipiranga. Fê-lo em uma jornada para a qual não aguardou nem ordem do Rio de Janeiro nem exemplos